

**Diretrizes Curriculares para o atendimento do estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação na sala de aula comum e na sala de recursos multifuncionais- AEE.**

**I- Adequação Curricular e de Ambiente**

Considerar a diversidade que se verifica entre os educandos nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais dos estudantes que apresentam deficiência(s), Transtorno Global do Desenvolvimento, Altas Habilidades/superdotação. Um direito previsto na política da inclusão educacional por meio de diversos documentos oficiais; para citar alguns em âmbito federal têm-se: a Carta Magna - Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (BRASIL, 1997), as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001a), Resolução CNE/CEB N° 02/2001 artigo 8° parágrafo III dentre tantas outras regulamentações.

As adequações curriculares resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do estudante e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem.

Não se colocam, portanto, como soluções remediativas para males diagnosticados nos estudantes, nem justificam a cristalização do ato pedagógico igualmente produzido para todos na sala de aula. Do mesmo modo, não defendem a concepção de que a escola dispõe sempre de uma estrutura apropriada ou realiza um fazer pedagógico adequado a que o educando deve se adaptar. Implica, sim, a convicção de que o estudante e a escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores.

Como atender a essa diversidade? Sem pretender respostas conclusivas, sugere-se estas, dentre outras medidas:

- **elaborar propostas pedagógicas baseadas na interação com os s, desde a concepção dos objetivos;**

- **reconhecer todos os tipos de capacidades presentes na escola;**
- **sequenciar conteúdos e adequá-los aos diferentes ritmos de aprendizagem dos educandos;**
- **adotar metodologias diversas e motivadoras;**
- **avaliar os educandos numa abordagem processual e emancipadora, em função do seu progresso e do que poderá vir a conquistar, envolvendo graduais e progressivas adequações do currículo.**

As adequações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às especificidades de aprendizagem dos estudantes. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às singularidades dos estudantes com necessidades educacionais específicas. **Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos.**

Nessas circunstâncias, as adequações curriculares e de ambiente implicam a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- **O que o estudante deve aprender;**
- **Como e quando aprender;**
- **Quais formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;**
- **Como e quando avaliar o estudante.**

Para que estudantes com necessidades educacionais especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidades educacionais com resultados favoráveis, alguns aspectos precisam ser considerados, destacando-se entre eles:

- **A preparação e a dedicação da equipe educacional e dos professores;**
- **O apoio adequado e recursos especializados, quando forem necessários;**
- **As adequações curriculares e de acesso ao currículo.**

As respostas a essas necessidades educacionais devem estar previstas e respaldadas no projeto político pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adequação progressiva do regular, buscando garantir que os estudantes com necessidades educacionais especiais participem de uma programação e organização pedagógica, que considere as especificidades que as suas necessidades educacionais possam requerer. Para facilitar a adequação curricular, segue em anexo a ficha a ser preenchida (Anexo I) e a explicação de cada item (anexo II).

Ressalta-se que as atividades são planejadas com base no contexto da sala de aula. Em algumas situações de adaptação curricular, é necessário transformar apenas os objetivos das sequências didáticas. Em outros casos, você deverá flexibilizar os meios para realizar certas atividades, lançando mão de mais recursos sonoros, visuais ou táteis, por exemplo.

Para exemplificar, listamos algumas orientações gerais de flexibilização para casos de deficiência intelectual, física, visual e auditiva. Veja:

**Deficiência Intelectual:** cada um destes estudantes é único. Por isso, é preciso conhecer o que a especificidade dessa criança requer para fazê-la avançar pelos meios mais adequados. É comum que estes estudantes tenham dificuldades com conteúdos abstratos.

Contextualizar as atividades e os conteúdos com situações do cotidiano podem ajudá-la a aprender. Outra sugestão é flexibilizar o tempo de realização da atividade conforme o ritmo da criança e repetindo as etapas sempre que for preciso. Isso não quer dizer que daremos a eles “todo o tempo do mundo”, pois, assim como os demais, esses estudantes precisam ser desafiados a fazer as atividades em um tempo cada vez mais curto.

**Deficiência Física:** se o seu estudante possui deficiência física nos membros superiores, ofereça a ele pranchetas com apoios para que tenha firmeza ao escrever. Os lápis e canetas também devem estar envoltos em espuma, para que não escorreguem. Se houver limitação nos membros inferiores, este não é um motivo para excluir o estudante das aulas de Educação Física. Eles podem participar jogando com as mãos e você pode adaptar algumas modalidades para que todos joguem nas mesmas condições.

**Deficiência Visual:** em parceria com o AEE, ofereça registros escritos em braile ao estudante cego. Deixe que ele grave as aulas e, se tiver uma máquina braile, respeite o tempo de escrita desta criança (que pode ser maior que o dos colegas). Providencie, ainda, estímulos táteis, auditivos e olfativos, para que a criança consiga perceber texturas, formas e aromas.

**Deficiência Auditiva:** ter um intérprete de Libras na escola é um direito. Mas, se a sua escola ainda não contar com a presença deste profissional, não desista. Abuse dos estímulos visuais e táteis, ofereça bons registros escritos e em imagens e ajude o seu estudante no dia a dia. Proponha que ele sente nas carteiras da frente e procure falar olhando para o estudante, caso ele seja capaz de fazer a leitura orofacial.

As decisões curriculares devem envolver a equipe da escola para realizar a avaliação, a identificação das necessidades educacionais especiais e providenciar o apoio correspondente para o professor e o estudante. Durante o processo de adequação curricular faz-se necessário à **participação efetiva da coordenação pedagógica e do professor do AEE**, que realiza o apoio pedagógico especializado desse estudante na sala de recursos multifuncional.

## **II- Plano de Atendimento Individualizado- PAI**

Para complementar e deixar claro as opções selecionadas na ficha de adaptação curricular, faz-se necessário a elaboração e execução do Plano de Atendimento Individualizado – PAI.

O Plano de Atendimento Individualizado (Anexo III) consiste em como trabalhar as adequações curriculares propostas pelos professores, de forma intensa e específica com o estudante especial na **sala de aula comum**. Vale ressaltar que, o que determina a adequação curricular e o plano de atendimento individualizado, não é a deficiência em si, mas as impossibilidades que dificultam o desenvolvimento educacional desse estudante. Por exemplo: um estudante com deficiência auditiva, motora ou visual, com cognitivo preservado necessita de adequação de recursos, mas não de adequação de conteúdos. Sendo assim, o professor não necessita preencher os itens 2 e 3 do PAI.

Para elaborar o Plano de Atendimento Individualizado, o professor precisa entender que, para construir novos conhecimentos, o estudante precisa contar com um ponto de partida, isto é, com algum conhecimento já construído por ele e que esteja relacionado ao conteúdo estudado no momento. Por meio de uma sondagem (um diagnóstico inicial) descubra o que ele já sabe e verifique como pode contribuir com o coletivo. **Tire o foco do diagnóstico médico e proponha situações desafiadoras para descobrir até onde o estudante pode chegar.** Os laudos médicos são importantes para que conheçamos algumas características que costumam estar presentes em estudantes com alguns tipos de deficiência, mas não contribuem para planejar o dia a dia em sala de aula.

É muito comum, sobretudo nos casos de estudantes que apresentam algum tipo de deficiência intelectual, que a preocupação seja sobre o que “está faltando”, sobre aquilo que ele não sabe, mas isso raramente ajuda. **Em vez de olhar para as dificuldades, foque nas possibilidades de aprendizagem.**

Realize atividades diagnósticas específicas e, no dia a dia, mantenha o olhar atento sobre o que o estudante conhece, qual a sua participação em projetos e trabalhos em grupo e em todas as atividades cotidianas.

### **III- Avaliação**

Segundo Nota Técnica 06/2011- MEC/SEESP/GAB), a avaliação é parte integrante e inseparável do processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o projeto político pedagógico de uma escola inclusiva deve conceber a avaliação como um processo contínuo, por meio do qual, as estratégias pedagógicas são definidas, reorientadas ou aprimoradas, de acordo com as especificidades educacionais dos estudantes.

Assim, após a elaboração das adequações curriculares e o plano de atendimento individualizado em execução, o professor deverá se valer dos registros de suas observações diárias. Isso auxiliará no processo de avaliação do estudante, principalmente o deficiente intelectual.

O processo avaliativo é de suma importância em todos os âmbitos do processo educacional para nortear as decisões pedagógicas e retroalimentá-las, exercendo um papel essencial nas adequações curriculares.

Determine metas, intervenções e objetivos de aprendizagem específicos para os estudantes que apresentam algum tipo de deficiência. Conseqüentemente, a avaliação desses estudantes vai refletir as adaptações que você fez para ensinar, já que a avaliação é sempre pautada no que já foi dado em sala de aula.

É fundamental considerar que, se a classe inteira está fazendo uma prova, esse estudante também deverá ser submetido à situação de avaliação que, obviamente, deverá ser construída a partir do que foi trabalhado com ele. Conte com vários instrumentos de avaliação e selecione aqueles que proporcionem maior número e qualidade de informações acerca do desempenho. Faça bons registros de todas as atividades realizadas com a turma e guarde as produções dos estudantes. Isso ajudará a traçar um panorama de aprendizagem e focar no planejamento - os pontos em que o estudante ainda precisa avançar.

O projeto político pedagógico de uma escola inclusiva deve conceber a avaliação como um processo contínuo; o processo de avaliação deve ser assim, diversificado, objetivando o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes.

Quanto aos instrumentos das práticas avaliativas, são várias as possibilidades enumeradas: observação e registro (fotos, gravações em áudio e em vídeos, fichas descritivas, relatórios individuais, caderno ou diário de campo); provas operatórias (individuais e em grupos); autoavaliação; portfólio, dentre outros. (Segundo Nota Técnica 06/2011 do MEC/ SECADI).

Assim sendo, os estudantes cuja deficiência, englobe um comprometimento cognitivo, como o deficiente intelectual, realizarão as atividades avaliativas propostas pelos professores em acordo e participação da gestão, conforme seu contexto escolar. Porém o resultado bimestral dessa avaliação, se dará de forma qualitativa e quantitativa por meio de fichas descritivas, redigida e assinada pelo professor regente, e a tradicional nota que deve ser lançada no sistema. Entretanto, a nota e o relatório descritivo, devem estar em consonância.

Os dados desses relatórios periódicos com as análises quantitativa e qualitativa do desempenho dos estudantes devem ser considerados no momento de replanejar as aulas ou de repensar algumas atividades.

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo estudante. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que usados estão de acordo com as respostas que o estudante pode dar. É essencial considerar as aquisições do estudante e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também devem ser levados em conta. Deve ser valorizado cada ganho do estudante, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

Ao professor do Atendimento Educacional Especializado cabe a identificação das especificidades educacionais de cada estudante de forma articulada com a sala de aula comum. Por meio de avaliação pedagógica processual esse profissional deverá definir, avaliar e organizar as estratégias pedagógicas que contribuam com o desenvolvimento educacional do estudante, que se dará junto com os demais na sala de aula. É, portanto, **importantíssima a interlocução entre os dois professores: do AEE e da sala de aula comum.** (MEC, Coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar", Fascículo II, 2010).

A avaliação do estudante com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará conforme o que foi planejado e registrado na Ficha de adaptação/ adequação curricular. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE e de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada estudante.

Os resultados observados durante as avaliações, deverão ser registrados, gerando um **Relatório Descritivo e Avaliativo de Acompanhamento Bimestral**, que posteriormente será transformado em nota pelo professor, seguindo a seguinte tabela:

<b>Tabela de conversão de Relatório Descritivo em nota</b>	
<b>Critério Descritivo</b>	<b>Nota correspondente</b>
Não desenvolveu as habilidades	0 – 3,0
Desenvolvimento insatisfatório	3,1 – 5,9
Desenvolvimento regular	6,0 – 6,9
Desenvolvimento bom	7,0 – 7,9
Desenvolvimento muito bom	8,0 – 8,9
Desenvolvimento excelente	9,0 – 10,0

Dessa forma, registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais estudantes, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral (que deve constar assinatura dos responsáveis e da equipe gestora da unidade escolar), apresentando os ganhos educacionais do estudante e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano, justificando a nota dada.

Assim, **o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes, que ocorrerá como consequência do trabalho realizado com o mesmo.** Desse modo, quanto à promoção dos estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais **ou adotar adequações, quando necessário.**

**Segundo MEC,** alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do estudante na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

A possibilidade do estudante ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o estudante e sua família. (Estratégias para a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais. MEC/SEESP/2003)

**A decisão sobre a promoção ou retenção do estudante, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adequações curriculares do estudante, o professor do atendimento educacional escolar, estar de acordo com os relatórios bimestrais, ser registrado em ata e comunicado ao responsável do estudante.**

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as limitações reais desses estudantes. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares fazem-se, ainda, necessárias.

Primar pela garantia do cumprimento dos direitos da pessoa com deficiência, é o principal objetivo dessa assessoria. Portanto, nos colocamos à disposição para auxiliar, interagir e contribuir com o avanço da educação especial na perspectiva inclusiva no município de Cristalina.

### Referências Bibliográficas

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial.- Brasília: SEES,- 2010. 73p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado- Deficiência Intelectual. SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Estratégias para a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais. SEESP MEC. Brasília/DF – 2003)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar” SEESP MEC. Brasília/DF - 2010.

BRASIL. Nota Técnica nº 06/2011, MEC, SEESP/DPEE. Disponível Em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192) Acesso em: 31 dez. 2018.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Edital Nº 01, de 26 de abril de 2007. Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais. Secretaria de Educação Especial. 2007a. Disponível em: [http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007\\_salas.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nominativa Nº 13, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”. 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2008.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Nº 04, de 23 de janeiro de 2014. Orientação quanto a documentos comprobatórios de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília, DF: MEC/SECADI/DPEE, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://bit.ly/2O3cpjy>. Acesso em: 17 maio 2019.

**Anexos**

I- Ficha de Adequação Curricular e de Ambiente.

**FICHA DE REGISTRO DE ADAPTAÇÃO (ADEQUAÇÃO) CURRICULAR E DE AMBIENTE.**

Nome Completo do Estudante:	
Data de Nascimento:	Série/Turma/Turno:
Escola:	Professor (a):
Componente curricular:	Ano:

<b>1- Justificativa para Adaptação Curricular:</b>

Assinale as adequações sugeridas nos tópicos abaixo, podendo ser apontado mais de um item por tópico.

<b>2- Adequações Curriculares de Pequeno Porte (Não-Significativas)</b>	<b>Adequações Curriculares de Grande Porte (Significativas)</b>
<p><b><u>2.1- Organizativas:</u></b></p> <p><input type="radio"/> Organização dos agrupamentos de estudantes (tamanho/homogeneidade/heterogeneidade)</p> <p><input type="radio"/> Organização dos recursos didáticos</p> <p><input type="radio"/> Organização do espaço físico e condições ambientais</p> <p><b><u>2.2- Relativas aos Objetos de conhecimento e Competências:</u></b></p> <p><input type="radio"/> Priorização de áreas ou objetos de conhecimento</p> <p><input type="radio"/> Priorização de tipos de objetos de conhecimento</p> <p><input type="radio"/> Priorização de competências</p> <p><input type="radio"/> Reformulação da sequência de objetos de conhecimento</p> <p><input type="radio"/> Eliminação de objetos de conhecimento secundários</p>	<p><b><u>2.6- Relativas as Competências:</u></b></p> <p><input type="radio"/> Adequação de competências básicas</p> <p><input type="radio"/> Introdução de competências específicas, complementares e/ou alternativos</p> <p><b><u>2.7- Relativas aos Objetos de conhecimento:</u></b></p> <p><input type="radio"/> Introdução de objetos do conhecimento específicos, complementares ou alternativos (substituição)</p> <p><input type="radio"/> Eliminação de objetos de conhecimentos básicos do currículo</p> <p><b><u>2.8- Relativas à Metodologia e Organização Didática:</u></b></p> <p><input type="radio"/> Introdução de métodos e procedimentos complementares e/ou alternativos de ensino e aprendizagem</p>

<p><b><u>2.3- Relativas aos Procedimentos Didáticos e Atividades</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Modificação de procedimentos</li> <li><input type="radio"/> Introdução de atividades alternativas às previstas</li> <li><input type="radio"/> Introdução de atividades complementares às previstas</li> <li><input type="radio"/> Modificação do nível de complexidade das atividades</li> <li><input type="radio"/> Eliminação de componentes das atividades</li> <li><input type="radio"/> Modificação da sequência da tarefa</li> <li><input type="radio"/> Facilitação dos planos de ação</li> <li><input type="radio"/> Adaptação dos materiais utilizados</li> <li><input type="radio"/> Modificação da seleção dos materiais previstos</li> </ul> <p><b><u>2.4- Avaliativas:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Adaptação de técnicas, instrumentos e procedimentos</li> <li><input type="radio"/> Modificação de técnicas e instrumentos</li> </ul> <p><b><u>2.5- Relativas à Temporalidade:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Aumento do tempo previsto para o trato de determinados objetivos</li> <li><input type="radio"/> Diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Organização diferenciada da sala de aula</li> <li><input type="radio"/> Introdução de recursos específicos de acesso ao currículo</li> </ul> <p><b><u>2.9- Avaliativas:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Introdução de critérios específicos de avaliação</li> <li><input type="radio"/> Eliminação de critérios gerais de avaliação</li> <li><input type="radio"/> Adaptações de critérios regulares de avaliação</li> <li><input type="radio"/> Modificação dos critérios de promoção</li> </ul> <p><b><u>2.10- Relativas à Temporalidade:</u></b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="radio"/> Prolongamento de um ano ou mais de permanência do estudante na mesma série ou no ciclo (retenção)</li> </ul>
--	---

II- Explicação do item 02 da ficha de adequação curricular.

### **Adequações não- significativas.**

Constituem modificações menores no currículo regular e pequenos ajustes dentro do contexto normal de sala de aula. Estão divididas nos seguintes aspectos:

**Organizativas**, dizem respeito:

- Ao tipo de agrupamento de estudantes para a realização das atividades de ensino aprendizagem;

- A organização didática da aula, propõe conteúdos e objetivos de interesse do estudante ou diversificados, para atender às suas necessidades especiais, bem como disposição física de mobiliários, de materiais didáticos e de espaço disponíveis para trabalhos diversos;
- A previsão de tempo diversificada para desenvolver os diferentes elementos do currículo na sala de aula.

**As adequações relativas aos objetivos e conteúdo, dizem respeito:**

- A priorização de áreas ou unidades de conteúdos. Ex: habilidades de leitura e escrita, cálculos etc.
- A priorização de objetivos de atenção, participação e adaptabilidade do estudante. Ex: desenvolvimento de habilidades sociais, de trabalho em equipe, de persistência na tarefa etc.;
- A sequenciação de conteúdos, processos gradativos de menor à maior complexidade das tarefas, atendendo a sequência de passos, à ordenação da aprendizagem etc.;
- Ao reforço da aprendizagem e à retomada de determinados conteúdos para garantir o seu domínio e a sua consolidação;
- A eliminação de conteúdos menos relevantes, secundários para dar enfoque mais intensivo e prolongado a conteúdos considerados básicos e essenciais no currículo.

### **Adequações nos procedimentos didáticos e nas atividades de ensino-aprendizagem**

Dizem respeito:

- Como ensinar;
- A seleção de um método mais acessível;
- A atividades complementares que requeiram habilidades diferentes ou a fixação e consolidação de conhecimentos já ministrados;

- São facilitadas pelos trabalhos diversificados, que se realizam no mesmo segmento temporal;
- A atividades alternativas além das planejadas para a turma, enquanto os demais colegas realizam outras atividades.
- A alteração do nível de abstração oferecendo recursos de apoio, sejam visuais, auditivos, gráficos, materiais manipulativos etc.
- A alteração do nível de complexidade das atividades, componentes (simplificar um problema matemático, excluindo a necessidade de alguns cálculos, é um exemplo), oferecer apoio, especificando passo a passo a sua realização;
- A seleção de materiais e adaptação de materiais. Uso de máquina braile para o estudante cego, calculadoras científicas para estudantes com altas habilidades/superdotados etc.

**Adequações avaliativas** dizem respeito:

- A seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o estudante.
- As modificações sensíveis das técnicas e dos instrumentos de avaliação, a sua linguagem, de um modo diferente dos demais estudantes de modo que atenda às peculiaridades dos que apresentam necessidades especiais.

**Adequações na temporalidade** dizem respeito:

- A alteração no tempo previsto para a realização das atividades ou conteúdos;
- Ao período para alcançar determinados objetivos.

**Adequações Significativas**

Constituem estratégias necessárias quando os estudantes apresentam sérias dificuldades para aprender, como resultado, entre outros fatores:

- Da defasagem entre a sua competência curricular e a de seus colegas;
- Da discrepância entre as suas necessidades e as demandas das atividades e expectativas escolares;
- Da crescente complexidade das atividades acadêmicas que vai se ampliando, na medida do avanço na escolarização.

Estão divididas nos seguintes aspectos:

**Adequações relativas aos objetivos** modificam significativamente o planejamento quanto aos objetivos definidos, adotando uma ou mais das seguintes alternativas:

- Eliminação de objetivos básicos, quando extrapolam as condições do estudante para atingi-lo, temporária ou permanentemente;
- Introdução de objetivos específicos alternativos, não previstos para os demais estudantes, mas que podem ser incluídos em substituição a outros que não podem ser alcançados, temporária ou permanentemente;
- Introdução de objetivos específicos complementares não previstos para os demais estudantes, mas acrescentados na programação pedagógica para suplementar necessidades específicas.

**Adequações relativas aos conteúdos, dizem respeito:**

- A introdução de novos conteúdos não revistos para os demais estudantes, mas essenciais para alguns, em particular;
- Eliminação de conteúdos que, embora essenciais no currículo, sejam inviáveis de aquisição por parte do estudante. Geralmente estão associados a objetivos que também tiveram de ser eliminados.

**Adequações relativas à metodologia e organização dizem respeito:**

- Uma modificação expressiva no planejamento e na atuação docente.

- A introdução de métodos muito específicos para atender às necessidades particulares do estudante. De um modo geral, são orientados por professor especializado;
- As alterações nos procedimentos didáticos usualmente adotados pelo professor;
- A organização significativamente diferenciada da sala de aula para atender às necessidades específicas do estudante.

#### **Adequações significativas na avaliação dizem respeito:**

- As alterações nos objetivos e conteúdos que foram acrescentados ou eliminados. Desse modo, influenciam os resultados que levam, ou não, à promoção do estudante e evitam a cobrança de conteúdos e habilidades que possam estar além de suas atuais possibilidades de aprendizagem e aquisição.

#### **Adequações significativas na temporalidade:**

- Referem-se ao ajuste temporal possível para que o estudante adquira conhecimentos e habilidades que estão ao seu alcance, mas que dependem do ritmo próprio ou do desenvolvimento de um repertório anterior que seja indispensável para novas aprendizagens. Desse modo, requerem uma criteriosa avaliação do estudante e do contexto escolar e familiar, porque podem resultar em um prolongamento significativo do tempo de escolarização do estudante, ou seja, em sua retenção. Não caracteriza reprovação, mas parcelamento e sequenciação de objetivos e conteúdos.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL  
**Lei Municipal nº1795 de 23 de maio de 2006**

- III- Plano de Atendimento Individualizado- PAI 01 (Ensino Fundamental acompanha a Ficha de Adequação Curricular) e PAI 02 (Educação Infantil)

**Assessoria de Educação Especial**

Cristalina-GO, 22 de fevereiro de 2024.

**Planejamento de Atendimento Individualizado - PAI 01 (Ensino Fundamental)**

1- Habilidades que serão priorizados para o semestre conforme o Plano Curricular:

2- Objetos do conhecimento priorizados neste semestre:

3- Competências priorizadas neste semestre:

4- Metodologia/ Procedimentos (como serão trabalhados os conteúdos especificamente com o estudante com deficiência):
5- Recursos Materiais/Didáticos adaptados e modificações no ambiente. (somente o que será adaptado para o estudante)

6- Avaliação (como o estudante será avaliado durante o ano, quais os instrumentos que serão utilizados):

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professor (a) Regente

\_\_\_\_\_  
Professor (a) AEE

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) pedagógico (a)

\_\_\_\_\_  
Diretor(a)

\_\_\_\_\_  
Pais ou responsável legal

**Planejamento de Atendimento Individualizado - PAI 02 (Educação Infantil)**

Nome Completo do Estudante:	
Data de Nascimento:	Série/Turma/Turno:
Escola:	Professor (a):

<b>1- Informações gerais sobre o estudante:</b>

<b>2- Habilidades que serão priorizados para o semestre conforme o Plano Curricular/Campos de Experiências:</b>

<b>3- Objetos do conhecimento priorizados neste semestre:</b>

<b>4- Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento priorizadas neste semestre:</b>

<b>5- Metodologia/ Procedimentos (como serão trabalhados os conteúdos especificamente com o estudante com deficiência):</b>
<b>6- Recursos Materiais/Didáticos adaptados. (somente o que será adaptado para o estudante)</b>

**7- Avaliação (como o estudante será avaliado durante o ano, quais os instrumentos que serão utilizados):**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Professor (a) Regente

\_\_\_\_\_  
Professor (a) AEE

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) pedagógico (a)

\_\_\_\_\_  
Coordenador Geral da  
Instituição

\_\_\_\_\_  
Pais ou responsável legal

